

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA E DA DEMOCRACIA: A GREVE DOS METALÚRGICOS DE 1968 EM OSASCO E SEUS REFLEXOS NA DÉCADA DE 1970

Paulo Sérgio de Jesus (PUC/SP, UNIESP)¹

Resumo

Este artigo surge de indagações que são apresentadas nos diferentes cantos do Brasil durante os últimos anos. Anos que foram marcados por diferentes manifestações sociais que tomaram as ruas para reivindicar direitos que representam, para muitos, simbolismo de democracia e de cidadania. Para melhor entender o processo histórico que desencadeou esses movimentos, estabeleceu-se como ponto de partida o ano de 1968 até fim da década de 1970, no território onde se localiza a cidade de Osasco. Esse local foi marcado pela greve dos metalúrgicos que, historicamente, ficou conhecida como um dos principais acontecimentos contra o regime ditatorial brasileiro e também pela luta de operários, mulheres, agentes pastorais, moradores e parte de representantes do clero por justiça social, cidadania e democracia.

Palavras-chaves: Movimentos sociais. Cidadania. Greve. Metalúrgicos. Osasco.

Abstract

This article arises from inquiries that are presented in the different places of Brazil during the last years. Years that were marked by different social manifestations that took to the streets to claim rights that represent, for many, symbolism of democracy and citizenship. To better understand the historical process that triggered these movements, the starting point was the year 1968 until the end of the 1970s, in the territory where the city of Osasco is located. This place was marked by the metallurgical strike that, historically, was known as one of the main events against the Brazilian dictatorial regime and by the struggle of workers, women, pastoral workers, residents and part of representatives of the clergy for social justice, citizenship and democracy.

Keywords: Social movements. Citizenship. Strike. Metallurgists. Osasco

¹ Mestre em História Social pela Pontifícia universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Metropolitana de Rio do Sul (FAMESUL/UNIASSELVI). Licenciado em História pelo Centro Universitário da Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (FAPSJ). É professor da rede Estadual do Estado de São Paulo e da União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP).

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Introdução

Quais são as funções dos movimentos e manifestações sociais na consolidação da cidadania e da democracia? Este artigo surge de indagações que são apresentadas nos diferentes cantos do Brasil durante os últimos anos. Anos que foram marcados por diferentes manifestações sociais que tomaram as ruas para reivindicar direitos que representam, para muitos, um simbolismo de democracia e de cidadania, enquanto que para outros sujeitos são ações de subversão, baderna, anarquismo e demais termos para fazer uma referência negativa.

Sejam as manifestações consideradas legais ou não, a questão que observamos é a existência de diferentes sujeitos sociais, pertencentes a diversas classes sociais, movimentos, profissões, religiosidade, homens, mulheres, jovens, velhos, adolescentes, todos unidos para lutarem pelo que entendem ser justiça social.

Por se tratar de uma realidade que assola a nossa coletividade e que precisamos entender melhor e, também, agirmos enquanto sujeitos democráticos e cidadãos, este estudo despertou e justificou a necessidade de uma pesquisa histórica para alcançarmos o dinamismo que silenciosamente articula e conclama diferentes membros da sociedade a se unirem em torno de um movimento social e político.

Para aprofundarmos, o estudo estabeleceu-se como ponto de partida o ano de 1968 até fim da década de 1970, no território onde se localiza a cidade de Osasco. Esse local foi marcado pela greve dos metalúrgicos que historicamente ficou conhecida como um dos principais acontecimentos contra o regime ditatorial brasileiro.

Esse acontecimento ficou assinalado pela resistência dos trabalhadores que, apesar de terem quase tudo em contrário – negação dos patrões, do regime militar, a repressão que os perseguiram, a política econômica que onerava os salários –, ainda encontraram forças e levantaram-se, buscando justiça social e trabalhista.

É marcante que tal movimento que, a princípio, envolvia apenas os operários de Osasco, contou com a participação de diferentes sujeitos sociais que, organizados em outros movimentos ou setores da sociedade, participaram da greve e de outras ações que defendiam direitos trabalhistas e sociais. A participação efetiva dos diferentes sujeitos

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

sociais se estendeu por anos seguidos, agindo junto ao movimento operário ou em outras organizações que se uniram para articular e criar estratégias contra o regime repressivo, desumano e excludente do período.

Esta reflexão só foi possível após assumirmos a pesquisa documental como metodologia, que possibilitou confrontar as fontes documentais produzidas pelos diferentes movimentos, que somada à pesquisa bibliográfica permitiu que o trabalho fosse construído a partir da divisão em três subtítulos que proporcionaram uma melhor compreensão: “O fim da greve de 1968 e a potencialização da luta operária em Osasco”; “O surgimento dos movimentos de bairros em Osasco” e “O surgimento do Movimento do Custo de Vida em Osasco e seu papel nos movimentos de bairros e na oposição sindical”.

Nesse sentido, o primeiro subtítulo “O fim da greve de 1968 e a potencialização da luta operária em Osasco” busca promover ao leitor uma análise de como estavam sendo construídas as relações sociais de apoio, luta e politização dos diferentes sujeitos sociais que a partir da explosão da greve dos metalúrgicos de Osasco vão sair do anonimato para levantar a bandeira de luta por justiça social e direitos trabalhistas em diferentes locais. É interessante notar que as ações em defesa dos trabalhadores contaram com a participação de setores da Igreja Católica, membros do clero católico, mulheres e movimentos organizados de bairros que, além de levantarem-se apoiando as reivindicações trabalhistas, continuaram suas práticas após a greve, organizando-se e unindo-se cada vez mais às lutas operárias nos anos posteriores.

No segundo subtítulo “O surgimento dos movimentos de bairros em Osasco” o que percebemos é como estas organizações tomam força nos anos após a greve dos metalúrgicos da cidade. Como ponto de apoio ao movimento operário de Osasco, bairros como Santo Antônio, Km 18, Vila Yolanda e as igrejas católicas que neles se localizam, aparecem como espaços onde operários, familiares e moradores desenvolveram atividades nas quais se dava a recuperação e a interpretação da história recente do movimento operário e dos bairros. Assim, o medo de muitos trabalhadores, familiares e moradores deu lugar para a necessidade de (re)inventar maneiras de aproximação entre eles para conquistarem sua própria confiança e vencerem suas

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

paralisias.

O terceiro e último subtítulo “O surgimento do Movimento do Custo de Vida em Osasco e seu papel nos movimentos de bairros e na oposição sindical” visa analisar como o surgimento e crescimento do Movimento do Custo de Vida (MCV) esteve ligado ao fortalecimento dos movimentos de bairros e a tomada de novas práticas de manifestações sociais que vão contribuir para a formação de uma oposição sindical. A partir desta estrutura, o artigo procura oferecer ao leitor elementos para uma melhor compreensão sobre o papel dos movimentos e manifestações sociais na construção e fortalecimento da cidadania e da democracia.

1 O fim da greve de 1968 e a potencialização da luta operária em Osasco

A forte repressão empresarial e policial imposta aos trabalhadores grevistas de Osasco nos momentos finais da paralisação, fez com que padres ligados à Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO) e Frente Nacional do Trabalho (FNT) intensificassem suas manifestações contestatórias por meio de publicações que estavam sendo feitas pelo Serviço de Documentação (SEDOC) contra a repressão imposta pelo governo militar.

Como espaço estratégico de luta e resistência operária, o SEDOC divulgou os manifestos dos padres ligados a JOC, ACO e FNT contra a política econômica, a lei de greve e a repressão imposta aos trabalhadores e membros da Igreja Católica. Associado às contestações em defesa dos trabalhadores, as manifestações ainda cobravam uma participação mais ativa do clero junto aos oprimidos, o que revelava a luta no interior da Igreja Católica, conforme podemos observar no trecho do manifesto da ACO.

[...] Considerando tudo o que acima foi dito, temos o dever, como servos de Cristo, de nos colocarmos ao lado dos trabalhadores, dando apoio às suas reivindicações, que são de justiça e clamam aos céus e, nesta oportunidade, propor a necessidade das autoridades se voltarem para as exigências e aspirações dos trabalhadores.

Que não haja punição aos grevistas;

Que não haja intervenção em sindicatos;

Que todos os presos sejam libertos;

Que não se façam intimidações, propondo punições.

(SEDOC, 1968, p. 825)

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Os padres e leigos ligados a JOC e a ACO, conhecidos também como sacerdotes, padres ou católicos progressistas, além de estarem contestando a lei do arrocho salarial como uma das causas imediatas da situação do trabalhador que perdia o poder aquisitivo do salário, ainda mostraram uma forte crítica aos empresários e ao Ministro do Trabalho, na época, Jarbas Passarinho, que agiam legitimando a opressão e a repressão policial.

Para os católicos progressistas que participaram da greve, a legitimação da consciência operária e cristã estava na luta dos trabalhadores contra as leis injustas que permitiam aos empresários explorar os operários. Nota-se ainda que, para os sacerdotes progressistas, a luta operária não poderia se limitar ao diálogo, mas partir dele até uma pressão mais contundente, isto quando os direitos reivindicados não fossem atendidos, conforme declaravam em trecho do seu manifesto:

[...] Na atual situação, só os operários são reprimidos pela polícia de maneira violenta, quando tentam exigir que haja justiça para eles. Os patrões todo dia violam leis trabalhistas, atrasando por meses salários, deixando dolosamente de registrar trabalhadores, não pagando horas-extras, taxas de insalubridades etc., e não se vê nenhuma repressiva do governo contra tais ilegalidades. Crimes que clamam ao céu e pedem vingança, conforme diz a escritura. (CEDIC, 1968, p. 4)

Os manifestos da JOC e da ACO trouxeram ainda uma reflexão sobre o compromisso que seus leigos e operários cristãos deveriam ter junto aos trabalhadores, visando contribuir para que os mesmos se tornassem cada vez mais libertos das injustiças sociais, independentemente se isto significasse para os católicos progressistas, segundo a JOC, a ameaça de suas liberdades e até a calúnia de serem identificados como “comunistas”, “subversivos”, “samaritanos” ou “endiabrados”. De fato, durante toda a década de 1960, as ações de grupos católicos progressistas eram marginalizadas e desqualificadas pelos setores mais tradicionais da Igreja Católica, sendo que essa situação não se alterou durante os anos posteriores.

Embora esses padres e leigos ligados a JOC e ACO fossem perseguidos pelos setores conservadores da Igreja Católica, ainda assim seus manifestos, como estratégia operária, proporcionaram a exposição dos fatos à sociedade, tendo como objetivo dar uma resposta aos órgãos de informações, ligados à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, ao Ministério do Trabalho, à Delegacia Regional do Trabalho e a

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

empresários, que noticiavam os acontecimentos da greve de acordo com o parecer dos patrões e das autoridades governamentais.

Enquanto estratégia de luta e resistência operária, os manifestos da JOC e ACO contaram com o apoio de Dom Jorge Marco, bispo de Santo André que estava na reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e também do bispo Dom Romeu Alberti que fez um relato no plenário da 9ª Assembleia Geral da CNBB apoiando a greve e condenando os patrões e as autoridades governamentais, conforme noticiou o Jornal A Região, em 04/08/1968.

Sintonizados com os acontecimentos da paralisação, nos bairros, os moradores participaram da paralisação operária organizando fundo de greve que objetivava arrecadar dinheiro e alimentos para as famílias dos trabalhadores grevistas. Os alimentos eram encaminhados para as igrejas que tinham seus padres envolvidos com o protesto (SEDOC, 1968). Cabe ressaltar que esse fundo continuou após o fim da paralisação em decorrência da dificuldade que muitos demitidos encontraram para conseguir um novo emprego.

Com o final da greve e o retorno dos trabalhadores às atividades, o encaminhamento da luta passou para a mesa de negociações entre empresários, operários e autoridades do governo; porém, mesmo contando com a participação de membros da FNT, o Cardeal Dom Agnelo Rossi e seu advogado Luís José Mesquita, o resultado representou uma punição ao movimento operário.

Embora o jornal Folha de São Paulo, no dia 30 de julho de 1968, noticiasse que Dom Agnelo Rossi havia evitado a demissão em massa, o que se consolidou foi a vitória parcial dos empresários e das autoridades do governo que conseguiram manter o sindicato sob intervenção e as demissões que, apesar de serem justificadas como não punitivas, funcionaram como uma “lista negra” dos operários considerados líderes da greve.

A vitória parcial dos empresários e do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, impôs ao movimento operário a necessidade de se organizar por meio de novas estratégias de luta para romper com a opressão empresarial e continuar reivindicando seus direitos trabalhistas. A potencialização da luta declarada pelos sacerdotes

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

progressistas e trabalhadores ocorreu depois de dois acontecimentos envolvendo o país: a conferência de Medellín que promulgou a Teologia da Libertação e o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado pelo governo militar brasileiro que ampliou o poder de repressão e controle do Estado. A conferência de Medellín possibilitou uma maior ação dos militantes católicos ligados às pastorais, que viram na Teologia da Libertação² mais do que uma força de apoio às suas práticas junto aos pobres.

Se por um lado a Teologia da Libertação fortalecia as ações operárias e as organizações sociais nos bairros, por outro lado o governo militar brasileiro manteve suas articulações de controle da sociedade brasileira. O presidente general Arthur Costa e Silva, ao decretar em dezembro de 1968 o AI-5, consolidou o fim de qualquer resquício de liberdade política e social.

Embora as práticas do movimento operário de Osasco não desfrutassem da mesma “liberdade” de antes da greve de 1968 e do AI-5, ainda assim os trabalhadores, contando com a participação de sacerdotes progressistas, continuaram desenvolvendo as suas estratégias de luta, como, por exemplo, o trabalho de “pé-de-orelha” que se caracterizava por sussurros nos ouvidos de trabalhadores que eram informados sobre organização e reivindicações de trabalhadores.

Sintonizados com as estratégias de luta operária que acontecia nas fábricas, nos bairros, os trabalhadores se articularam por meio de movimentos populares, que apesar de certas particularidades, se caracterizaram como um espaço de grande representação de luta e resistência contra a opressão empresarial e a repressão das forças policiais.

No espaço externo às fábricas, trabalhadores e padres progressistas, com o respaldo da Teologia da Libertação, continuaram agindo em atividades junto aos moradores dos bairros, como, por exemplo, em campanha contra o alto custo de vida, na tentativa da criação de uma cooperativa dos trabalhadores que estavam desempregados em função da falência da empresa Hervy, na luta para obter posto de saúde, asfalto, rede de esgoto, água encanada e creches para as crianças, questões que asseguravam uma

² Como aponta BOFF (1996), a Teologia da Libertação nasceu da reunião de Medellín que representou a culminância de um processo de trabalho organizado pelo CELAM, o que tornou possível ao episcopado católico de toda América Latina organizar sua pastoral mediante um plano comum direcionado ao trabalho social aos necessitados.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares. Essa proposta foi ao encontro do planejamento da Pastoral Operária (PO) de São Paulo que visava contribuir com estratégias para fortalecer a experiência operária e a organização dos movimentos de bairros.

A proposta da PO de Osasco não estava na criação de novas estratégias de luta, mas sim no sentido de potencializar ainda mais as lutas operárias existentes nos bairros, antes mesmo da greve (BARBÉ, 1983, p. 13). Nota-se também que as propostas para o fortalecimento das estratégias de lutas por melhores condições de vida aconteceram no momento em que o bairro passou a ser o principal espaço de articulação e resistência operária.

Nesse sentido, no início da década de 1970, em Osasco, no bairro do Km 18, moradores ligados a PO desenvolveram grupos de teatro para interpretar peças que estavam relacionadas às péssimas condições de moradia e trabalho, questionamento da direção sindical, problemas que faziam parte do cotidiano dos trabalhadores. Enquanto estratégia de luta operária, as peças teatrais visaram proporcionar aos participantes uma reflexão e discussão sobre o cotidiano do operário e a partir delas, desenvolver práticas de luta buscando melhores condições de vida e de trabalho (CPV, 1972).

Nessa trajetória, é interessante percebermos que a oposição sindical começava a se recompor nos bairros, onde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estavam se consolidando, onde grupos católicos operários e moradores estavam ampliando a esfera de atuação, com a criação da PO, da JOC e da ACO. Dessa forma, como observamos, a oposição sindical nascia apoiada na PO.

[...] Como lembra um militante da Oposição Sindical, de origem não católica, “na verdade, não existia Oposição Sindical separada da Pastoral Operária. Inclusive, em muitas reuniões da Oposição, participavam padres. Às vezes você nem sabia como chamar uma reunião, às vezes chamava de Oposição, às vezes se chamava de Pastoral”. (TELLES, 1994, p. 234)

A tática operária de fazer oposição ao sindicato instituído cresceu com os anos da década de 1970, pois esse período mostrava o ônus que as políticas econômicas impunham à maioria dos trabalhadores. O governo castigava grande parte dos trabalhadores com pequenos reajustes no salário mínimo e elevadas taxas de correções nas tabelas de preço das mercadorias de primeira necessidade, obrigando as famílias de

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

trabalhadores a se articularem em organizações de bairros, onde se destacaram a fraternidade e a solidariedade entre os moradores como “armas” para enfrentar as dificuldades como: alimentação, desemprego e moradia.

2 O surgimento dos Movimentos de bairros em Osasco

A organização operária que acontece nos bairros e no interior das fábricas de Osasco, na década de 1970, além da participação dos padres progressistas, dos moradores, passou a contar com as CEBs, que deram suporte aos manifestantes e, com eles, contestaram a política econômica e lutaram por justiça social. Como ponto de apoio, no início da década de 1970, as CEBs tiveram seus trabalhos intensificados nos bairros, servindo de espaço estratégico para a organização operária que aumentava suas contestações contra o poder político instituído e os abusos dos empresários.

Em Osasco, muitos dos bairros operários careciam de serviços urbanos básicos, como, por exemplo, transporte, água, esgoto e habitação, problemas que motivaram cada vez mais os moradores a se organizarem em movimentos de bairros. Nesses bairros, os moradores que, na sua maioria, eram trabalhadores, contando com a participação de padres e leigos ligados a CEBs, JOC, ACO e PO, desenvolveram formas de fazer política e lutar por melhores condições de vida nos locais em que moravam.

Para incentivar a participação de moradores nas lutas por melhores condições de moradia e trabalho, nos bairros, grupos de moradores ligados ou não a ACO e PO, articulados com padres progressistas, realizavam reuniões onde passavam slides, peças de teatro, filmes, celebravam missa, faziam pesquisas com donas de casa, sendo todos os trabalhos relacionados com os problemas dos bairros e das fábricas (CPV, 1973).

Como ponto de sustentação do movimento operário de Osasco, os bairros Santo Antônio, Km 18 e Vila Yolanda e, também, as igrejas católicas que neles se localizavam, aparecem como espaços onde operários, familiares, moradores desenvolveram atividades das quais se dava a recuperação e interpretação da história recente do movimento operário e dos bairros: a crítica ao sindicalismo populista, o peleguismo dos sindicatos, a experiência da Cobrasma de 1968, as perseguições

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

policiais, a falta de infraestrutura nos bairros e a percepção das comissões de fábrica eram questões que possibilitaram a construção de um movimento forte e livre em relação a um governo militar repressivo. O medo de muitos trabalhadores, familiares e moradores deram lugar para a necessidade de inventar maneiras de aproximação entre eles para conquistar sua própria confiança e vencer suas paralisias.

A ação repressiva do Estado não havia sido eliminada no país. Em Osasco, como em outros lugares do Brasil, as denúncias das violências continuaram intensas. Em Osasco, as denúncias de repressão e de opressão aos governos federal, estadual e municipal foram engrossadas em um comunicado elaborado pelos padres progressistas das igrejas católicas de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, São Roque, Mairinque, Cotia e Ibiúna, com assinatura do bispo de Osasco, Dom Francisco Manuel Vieira, vigário-geral da Região Episcopal Oeste II, como aponta trechos da matéria do jornal:

[...] A Igreja tem o direito e o dever de informar a consciência de seus membros, também em se tratando de assuntos políticos. Muitas pessoas desejam que a Igreja fique dentro dos templos e das sacristias, como se a palavra de Deus pudesse ser limitada por simples parcela. [...] a liberdade é importante exercitá-la e um dos meios de exercitar é votar. Votar não é trocar. Infelizmente há pessoas que trocam o seu voto por dinheiro, roupa, remédio e até por promessa de emprego. [...] Mais adiante, lembram-se dos que aparecem só em tempo de eleições, advertindo para os que procuram amedrontar os outros com ameaças e perseguições, os que difamam os outros. (A REGIÃO, 28/07/1976)

É interessante notarmos que o comunicado, além de alertar a população sobre o valor do voto no momento de eleger um candidato que poderia manter a mesma política de violência, ainda revela as lutas internas da Igreja e, também, a oposição de sujeitos sociais e de autoridades do governo em relação à postura assumida pelo clero progressista.

Essa postura de apoio e trabalho do clero progressista junto aos trabalhadores e aos movimentos populares foi reafirmada no encontro regional da ACO que ocorreu em agosto de 1977 e que recebeu o título de Industrialização e Igreja. O encontro teve como objetivo revelar como estava ocorrendo o engajamento dos seus membros nos movimentos dos trabalhadores e populares e reavaliar os trabalhos que estavam sendo realizados por seus militantes. Segundo o relato de militantes da ACO, em Osasco, os

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

movimentos de inserção estavam acontecendo nos sindicatos, em cooperativas, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos e nos movimentos de bairros.

As organizações de bairros e o apoio de padres progressistas continuaram em sintonia como o movimento operário; para notarmos esta relação de proximidade basta retornarmos às ações sociais que estavam ocorrendo paralelamente às práticas operárias e dos padres progressistas, mas com papel tão importante para os trabalhadores quanto para os clérigos progressistas. No caso, chamamos atenção para o surgimento do Movimento do Custo de Vida.

3 O surgimento do Movimento do Custo de Vida em Osasco e seu papel nos movimentos de bairros e na oposição sindical

Para entendermos melhor o surgimento do Movimento do Custo de Vida (MCV) cabe ressaltar que os sacrifícios impostos pelo governo militar à maioria dos trabalhadores em benefícios de um pequeno grupo de empresários se agravaram ainda mais com a recessão econômica dos anos de 1973-1974. O problema dos recursos energéticos, o petróleo, o desequilíbrio da dívida externa e as dificuldades para a criação de novos empregos transformaram “o milagre econômico”, nome dado pelas autoridades do governo, como, por exemplo, Delfin Neto, Ministro da Fazenda, e João dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento (SKIDMORE, 1994, p. 349-369).

A crise econômica veio acompanhada pela nomeação de Ernesto Geisel para presidente do Brasil, pelo fortalecimento dos movimentos populares e pelo crescimento da repressão. A nomeação de Ernesto Geisel, em 1974, e o começo da distensão política³ abriram um novo quadro de conjuntura, cujo objetivo era recuperar a autoridade política do presidente. Todavia, isso não ocorreu, pois as manifestações populares continuaram crescendo, principalmente nos bairros das periferias das cidades industrializadas do país onde os movimentos operários e populares se articularam em torno das organizações de moradores, como exemplo, o Movimento do Custo de Vida

³ Como aponta Abramo (1986), a “distensão” política era um projeto de remodelação da política nacional e suas relações com a sociedade civil, fundamentalmente de suas elites, na busca de antecipar-se à crise política que anunciava a partir do fim do “milagre econômico”.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

(MCV).

Dentre os movimentos populares que se organizaram nos bairros, destacou-se o MCV, que surgiu do desdobramento natural dos clubes de mães, onde as mulheres ligadas à Pastoral Católica estavam comprometidas com a luta por justiça social. O MCV cresceu em várias partes de São Paulo e região, com a crise econômica que assolava os trabalhadores e seus familiares no país.

Em Osasco, além do MCV, o jornal A Região aparecia como espaço estratégico que as famílias de operários, principalmente as esposas, usaram para combater o aumento do custo de vida. Nesse jornal eram divulgados os locais onde se podia encontrar e comprar determinados alimentos que haviam sumido das prateleiras dos supermercados devido a uma tática empresarial visando ao aumento do preço. Esse jornal, através das matérias, potencializava a organização das mulheres dos trabalhadores, que de maneira direta ou indireta, fortalecia a luta operária contestando os abusos dos empresários e comerciantes que utilizaram artimanhas para aumentar a sua margem de lucro, conforme aponta a matéria abaixo:

[...] Os industriais estão afirmando que só poderão formar novos estoques com a liberação dos preços, a qual, se concedida, implicará de imediato num aumento em torno de 58%. Mas algumas fontes continuam afirmando que os estoques de óleos comestíveis já existem e estariam sendo retidos pelos fabricantes. Em Osasco, a situação permanece inalterada. Os supermercados estão mostrando em suas portas as longas filas de donas de casa, esperando o momento de uma entrega dos fornecedores. Nem as latas de 18 e 9 litros, que a princípio eram encontradas, são vistas nas prateleiras dos supermercados. Alguns estabelecimentos estão chegando ao “cúmulo” de só vender uma lata de óleo, para quem adquirir mercadorias diversas no valor mínimo de cinquenta cruzeiros. (A REGIÃO, 05/04/1974)

A estratégia de usar em Osasco o Jornal A Região como espaço de luta contra os altos preços das mercadorias acontecia juntamente com o impulso do MCV. O fortalecimento do MCV foi dado em 1975 por meio de pesquisas realizadas pelas mulheres sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias de trabalhadores, sendo que este trabalho contou com apoio de padres progressistas. As pesquisas realizadas principalmente pelas mulheres tiveram como finalidade mostrar às autoridades e a toda sociedade nacional qual era a situação dos lares dos operários e também de reivindicar mudanças na política econômica.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

A politização dessas mulheres ocorreu por meio dos embates com políticos e funcionários públicos ligados aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, sendo evidente para nós que esses confrontos têm sua origem nos grupos de bairros, onde as mulheres se organizaram e se identificaram como famílias de trabalhadores que desejam justiça, como aponta o autor:

Na afirmação de uma dignidade que é encontrada na luta por seus direitos, as participantes dos clubes de mães também estavam envolvidas no Movimento do Custo de Vida, se confrontavam com as autoridades públicas e esse confronto foi fonte de politização. (SADER, 1988, p. 223)

Os movimentos populares em Osasco, que surgiram na Vila Yolanda, Km 18 e Santo Antônio, como o MCV, expressaram uma potencialização muito forte contra a política econômica do país; ao mesmo tempo, eram espaços onde se localizavam trabalhadores e padres ligados a JOC, ACO, PO e FNT, que se articulavam e mantinham vivos o movimento operário e a oposição ao sindicato ligado ao governo.

Essa estratégia de luta operária, percebemos por meio dos manifestos reivindicatórios do MCV, que pedia o congelamento de preços dos alimentos e reajustes salariais, como mostra trecho da pesquisa sobre o custo de vida (1975-1976):

Propostas.

(...) Preocupados com a alta do custo de vida que tão duramente vem atingindo toda a população da periferia, realizamos a pesquisa que foi há pouco relatada.

(...) Por isso, fizemos um levantamento das opiniões das milhares de pessoas que participaram da pesquisa, sobre quais seriam as saídas para a alta do custo de vida. Entre muitas sugestões dadas, destacamos aquelas que obtiveram o apoio da maioria.

São elas:

1. Congelamento de preços;
2. Aumento de salário e abono de emergência;
3. Organização de cooperativas;
4. Construção de creches. (CPV, 1976, p. 1-2)

Essa prática política operária demonstrava que os movimentos de bairros, dos trabalhadores e MCV caminhavam juntos, o que possibilitou também a luta contra o desemprego em Osasco, cujo resultado foi a organização de um serviço de colaboração aos desempregados, o Serviço de Profissionalização, feito pela prefeitura. Nesse local, os homens faziam cursos de breve duração ou eram reconduzidos para as vagas de emprego (A REGIÃO, 22/04/1972).

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

É interessante notarmos que o trabalho conjunto dos movimentos vai servir de base para a consolidação de uma oposição sindical ativa que, dentro e fora das fábricas, apoiada pelos membros dos bairros, mulheres e representantes do MCV, vai lutar pelos seus direitos trabalhistas, inclusive obrigando uma postura mais ativa do sindicato metalúrgico instituído.

O grupo de Oposição Sindical de Osasco, que possuía membros de diferentes movimentos, contou com a participação de padres progressistas. Podemos perceber no documento da campanha salarial de 1975 essa adesão de católicos progressistas ao movimento operário. Criado por operários que militavam na JOC, ACO, PO, FNT e MCV e que pertenciam à oposição sindical, o documento analisava a situação da classe trabalhadora que estava sofrendo com os baixos salários e com a falta de tempo para a vida familiar, devido ao aumento na jornada de trabalho, problemas do cotidiano do empregado que eram comprovados pelas estatísticas do DIEESE, conforme revela a tabela abaixo:

**Tabela 1 – Salário mínimo e alimentação mensal mínima:
Tempo de trabalho necessário para a compra da ração alimentar (definida
pelo Decreto-lei 399 de abril de 1938). Média por ano:**

| Ano | Horas de trabalho necessárias | Índice |
|------|-------------------------------|--------|
| 1959 | 65 horas e 05 minutos | 100,00 |
| 1970 | 105 horas e 13 minutos | 161,66 |
| 1971 | 111 horas e 47 minutos | 171,75 |
| 1972 | 119 horas e 08 minutos | 183,05 |
| 1973 | 147 horas e 04 minutos | 225,97 |
| 1974 | 163 horas e 32 minutos | 251,57 |
| 1975 | 149 horas e 40 minutos | 229,26 |
| 1976 | 157 horas e 29 minutos | 241,97 |
| 1977 | 141 horas e 49 minutos | 217,90 |
| 1978 | 137 horas e 37 minutos | 211,45 |

Fonte: DIEESE, 1979

Podemos notar que, a princípio, a tabela indica que a política econômica, que tanto o governo militar brasileiro chamava de “milagre econômico”, não se traduzia em

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

conquistas para o trabalhador, mas certamente em um programa econômico de exceções que havia causado uma desvalorização brutal dos salários, o que obrigava o operário a ficar mais tempo nas empresas para conseguir comprar a alimentação mensal mínima.

Percebemos também que essa realidade de tempo de trabalho só começa a oscilar com queda de horas de trabalho a partir de 1975, ano que podemos notar que houve o aprofundamento dos movimentos populares contra a política econômica, o que, de forma direta ou indireta, fez com que manobras econômicas fossem criadas para a manutenção do próprio poder político.

Tal reflexão se consolida ao notarmos o documento da campanha salarial de 1975. Esse documento contestava as autoridades do governo sobre a política econômica e também convocava trabalhadores e dirigentes sindicais a fazerem uma análise sobre o sindicato e sua ligação com o governo que favorecia os empresários, conforme observamos abaixo:

Segundo os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística), entre 24 categorias profissionais pesquisadas, todas elas, nos últimos dez anos, tiveram uma queda do poder aquisitivo entre 30% e 44%. [...] O ministro Reis Veloso, na Câmara, reconheceu que o poder aquisitivo do salário mínimo diminuiu. [...] Todos os trabalhadores das categorias que tem reajuste nesses meses somam a mais de meio milhão. É uma grande força que infelizmente ainda não é aproveitada. [...] Nossos sindicatos, em lugar de ajudar a nossa classe a se organizar, estão preocupados unicamente com assistência médica, dentária, festinhas e colônias de férias. Além disso, os nossos sindicatos estão ligados ao governo através do Ministério do Trabalho. Não somos livres para dirigir nossos sindicatos conforme os verdadeiros interesses dos trabalhadores. (CEDIC, 1975, p. 1-2)

Os operários que formaram a oposição sindical, ao convocarem todas as categorias de trabalhadores a reivindicarem seus direitos, propunham estratégias de luta operária que consistia em ações unificadas defendendo seus interesses, independente da categoria. Os planejamentos dos membros da oposição sindical de Osasco estabeleciam a sua participação em uma manifestação que aconteceria no dia 1º de maio, dia do trabalhador, contra o aumento do custo de vida, reivindicações de reajuste salarial, entre outros, sendo que os mesmos contaram com a presença de grupos católicos progressistas, membros do MCV e de movimentos de bairros que expressavam uma força política frente ao poder do estado, como aponta um trecho da obra São Paulo 1975:

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Em outro plano, aparecem sinais no interior da Igreja Católica de uma superação da tradição conservadora, que se revelam na presença atuante em defesa dos direitos humanos e dos valores morais do cristianismo. Especialmente entre os trabalhadores, jovens e em outros grupos sociais, onde a presença da pastoral católica propiciou não só novas modalidades de convívio, como também, uma das poucas possibilidades de expressão dos anseios de justiça. (CAMARGO et al., 1981, p. 150)

As manifestações dos trabalhadores eram engrossadas pelas pesquisas realizadas pelo MCV. Entre os anos de 1975 e 1976, uma pesquisa do MCV confirmava e revelava uma grande diferença entre as correções dos preços das tarifas de luz, água, aluguel, ônibus, trem e dos gêneros alimentícios em relação aos aumentos salariais impostos pela política econômica. Essa pesquisa foi levada aos diferentes setores da sociedade, juntamente com um manifesto que criticava a política nacional e reivindicava mudanças na política econômica, como mostra trechos do manifesto Custo de vida e os salários:

Hoje, em todo lugar, a conversa do povo é uma só. É esse custo de vida subindo que nem foguete e esse nosso salário, que não dá nem pro sustento da família. [...] É essa nossa situação vem se agravando há 11 anos desde a implantação da Política Salarial do Governo, que eliminou a livre negociação de salários, diretamente entre patrão e operários. [...] A cada ano o País se desenvolve e aumenta a riqueza produzida pelos trabalhadores. Sendo nós, os responsáveis por todo este desenvolvimento, é justo que reivindicemos a nossa participação. [...] Portanto, reivindicamos medidas concretas que ponham fim à alta do custo de vida e reponham, ao menos em parte, a perda do poder de compra dos salários que tivemos nestes últimos anos. (CPV, 1976, p. 1-2)

Em Osasco, debaixo da repressão policial, da opressão empresarial que ocorria por meio de demissões e perseguições de chefias e diante do apoio dado por membros progressistas da Igreja Católica, pelos movimentos de bairros e pelo Movimento do Custo de Vida é que a oposição nascida nesse universo, após ter participado da diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Osasco de 1975, lançou em 1977 uma chapa de oposição para concorrer às eleições sindicais no ano de 1978, tendo nela a participação de trabalhadores pertencentes aos diferentes movimentos, mas ligados pela oposição e, principalmente, unidos por justiça social.

Embora a oposição sindical tenha sido derrotada na eleição sindical no mês de fevereiro de 1978, o seu trabalho não chegou ao fim, mas o que podemos notar é que foi o início de um novo momento de articulação e luta que seria consolidado na greve dos

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

metalúrgicos de Osasco de 1979 e a semente do veio a ser o novo sindicalismo na década de 1980.

Se a oposição sindical alcançou, de forma direta ou indireta, os seus objetivos, parte significativa das metas vieram devido à participação de diferentes sujeitos sociais que se organizaram em movimentos de bairros, em setores da Igreja Católica, movimentos das mães e pastorais católicas, para juntos consolidarem um grande movimento social que lutou por justiça social, ora nas fábricas através de operários, ora nos bairros por meio dos seus moradores. Podemos observar que no momento em que a democracia estava silenciada pelo regime militar que oprimia e beneficiava a classe empresarial, os trabalhadores se articularam com outros movimentos para reconstruir e redescobrir como um movimento que lutou pelos direitos dos trabalhadores de Osasco.

Considerações finais

Se, por um lado, a greve de 1968 representou a cassação das lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, da oposição sindical e o aumento da opressão e repressão impostas aos trabalhadores, por outro lado, foi a consolidação do nascimento das lutas que proporcionaram aos operários a recuperação do respeito enquanto trabalhador, do viver com dignidade, de ser cidadão que reivindica por seus direitos sociais, políticos e econômicos.

A ferida profunda aberta pela opressão empresarial, pela repressão, pela experiência de injustiça durante o governo militar no Brasil foi reparada pela ação grevista que nasceu da organização operária silenciosamente realizada nas fábricas e nos bairros, no interior dos movimentos populares no final da década de 1960 e decorrer dos anos de 1970.

Nesses espaços, configuraram-se diferentes possibilidades, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, seguindo alguns princípios comuns que os uniam. Nas fábricas, diferentes expressões configuraram-se na oposição sindical em que a valorização da organização da luta operária se deu pela base e pelo sindicalismo que

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

recuperou o seu valor como espaço público que representa a prática da cidadania e da democracia.

Nos bairros, os trabalhadores estiveram envolvidos nos clubes de mães, nas comissões de saúde, na luta por obter creches, asfalto, entre outros; suas práticas expressaram a valorização do que é cidadania, do que é fazer democracia, na afirmação de cidadão que deve pleitear benefícios de infraestrutura, como luz, escola, lazer, que possam garantir uma vida mais digna, mas que, muitas vezes, só aparecem com as ações de movimentos ou manifestações sociais.

A análise realizada nesta pesquisa mostrou que o caminho percorrido pelos movimentos operários, de bairros e de custo de vida, ligados por desejos próximos, como vida mais digna, foram capazes de, juntos, transformarem suas condições de paralisia em ações de cidadania e democracia. Essas reformulações das práticas dos envolvidos foram possíveis por causa de sua condição operária que luta por justiça social, por sua dificuldade encontrada no bairro que impõe manifestar por melhores condições de vida, organizando movimentos e manifestações, expressões de cidadania e democracia.

Esses trabalhadores, moradores, mulheres, jovens, homens, católicos ou não, ao lutarem por melhores condições de vida e de trabalho, foram descobrindo os meios e os canais de expressão para suas reivindicações que, como podemos observar neste artigo, vieram a ocorrer por meio de um novo trabalho sindical, do Movimento do Custo de Vida, pelos movimentos de bairros, por membros progressistas da Igreja Católica, entre outros, que se articularam, criaram estratégias que surgiram da articulação dos diferentes sujeitos envolvidos para, através de atos de cidadania e democracia, conquistarem determinados direitos sociais, políticos e econômicos.

Nesse sentido, a participação de movimentos e manifestações que envolvem diferentes sujeitos sociais é importante para a consolidação da cidadania e da democracia, pois são destas ações que, como percebemos nesse artigo, os direitos constitucionais são assegurados quando um governo não atua em nome e para toda a sociedade.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Referências

A REGIÃO. Jornal **A Região**. 30 de out. 1966 a 14 nov. 1978.

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1986.

BARBÉ, Domingos. **Teologia da pastoral: experiência de Osasco**. São Paulo: Vozes, 1983.

BOFF, Leonardo (Org.). **A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

CAMARGO, Cândido Procópio [et al.]. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1981.

CEDIC. Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho. **Campanha salarial de 1975**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1975.

_____. Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho. **Manifesto da ACO**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1968.

CPV. Centro Pastoral Vergueiro. **Custo de vida e salários**, 1976.

_____. Centro Pastoral Vergueiro. **Planejamento da Pastoral Operária**, 1972.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Revista DIEESE**, abril de 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEDOC. Serviço de Documentação. Instituto Teológico Franciscano. **Teologia da Pastoral Operária**, dezembro de 1968.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Recebido em: 20/08/2018

Aceito em: 10/10/2018